



Ofício nº 091/2025

Maceió, 22 de outubro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor

Coordenador-Geral de Controle de Armas de Fogo - CGARM/DPA/PF

Delegado de Polícia Federal Wellington Clay Porcino da Silva

Assunto: Problemas em DELEARM's

Excelentíssimo Senhor Delegado,

A Confederação Brasileira de Tiro Tático (CBTT), entidade de caráter nacional, representante dos interesses de atiradores desportivos, caçadores e entidades de tiro em todo o território brasileiro, vem, respeitosamente, por meio deste ofício, relatar inconsistências operacionais observadas em DELEARM's, colhidas a partir de manifestações públicas e relatos de usuários de diferentes estados da federação.

Após a transição das competências do Exército Brasileiro para a Polícia Federal, o ambiente administrativo dos atiradores desportivos passou por significativa reestruturação digital, com a adoção do sistema SINARM-CAC como plataforma de tramitação de processos.

A CBTT tem acompanhado atentamente a implementação e o funcionamento do sistema, observando grande empenho, profissionalismo e cortesia por parte dos servidores da Polícia Federal. A insatisfação observada entre os usuários não se dirige ao atendimento humano ou institucional da PF, mas sim às limitações técnicas e estruturais do sistema atualmente em uso, bem como a ausência de celeridade no trâmite processual por parte de algumas DELEARM's.

Com base em centenas de relatos públicos e diretos, foram identificados os seguintes pontos críticos:

Estado / Cidade (DELEARM)	Problemas Relatados	Detalhes e Observações Técnicas
DF – Brasília (SR/DF)	Erros no cadastro de Produtos Controlados (PCE); travamento ao autorizar compra	Sistema não permite prosseguir após preenchimento do formulário; inconsistência entre SISGCorp e SINARM-CAC.



Estado / Cidade (DELEARM)	Problemas Relatados	Detalhes e Observações Técnicas
MS – Campo Grande	Atividade de caça não aparece no CR	Falha de sincronização entre sistemas, impedindo a visualização da atividade ativa.
BA – Juazeiro (DPF-JZO/BA)	Falhas no apostilamento de documentos	Arquivos de nota fiscal e autorizações corrompidos após upload; processos parados desde 11/09/2025.
BA – Ilhéus (DPF-ILH/BA)	Processos de autorização de compra parados	Sistema em “análise” sem movimentação; demora excessiva para despachos.
BA – Vitória da Conquista (DPF-VDC/BA)	Lentidão no deferimento de CR e apostilamentos	Prazo superior a 40 dias; ausência de resposta por e-mail.
PE – Recife (SR/PE)	Autorizações de compra paradas há mais de 30 dias	Situação “em análise” sem retorno; inconsistência no recebimento de anexos.
RJ – Macaé (DPF/MAC/RJ)	Transferência de CAC para CAC sem andamento	Sistema não processa solicitações de transferência mesmo com documentação completa.
RJ – Nova Iguaçu	Dificuldade de protocolo e upload de documentos	Sistema apresenta erro ao anexar arquivos de grande tamanho; falha ao salvar dados de contato.
RJ – Rio de Janeiro (capital)	Lento carregamento no portal SINARM-CAC	Problemas de autenticação no gov.br; relatada boa conduta dos servidores na mitigação.
MA – São Luís (SR/MA)	Indeferimentos por assinatura digital	Falta de conferência adequada de assinaturas eletrônicas; exigência de assinatura manual indevida.
PR – Ponta Grossa (DPF/PGO/PR)	Exigência indevida de assinatura em declaração de filiação	Divergência do modelo oficial; devoluções por motivos formais sem fundamento legal.
PR – Maringá (SR/PR)	Lentidão e divergência entre analistas	Cada processo devolvido com exigências distintas; ausência de padronização.
MG – Divinópolis (DPF/DIV/MG)	Processos parados há mais de 45 dias	Sistema não atualiza o status após conclusão da análise interna.
MG – Varginha (DPF/VGA/MG)	Lentidão excessiva	Reclamações sobre ausência de atualização no SINARM-CAC.



Estado / Cidade (DELEARM)	Problemas Relatados	Detalhes e Observações Técnicas
MG – Montes Claros (DPF/MOC/MG)	Inconsistência no upload de documentos	Erros recorrentes ao anexar PDFs; exigência duplicada de comprovantes.
MG – Belo Horizonte (SR/MG)	Instabilidade no módulo de apostilamento	Sistema apresenta travamentos e falhas no campo de declaração de inexistência de inquérito.
MG – Uberlândia (DPF/UDI/MG)	Problemas na vinculação de clubes de tiro	Sistema não reconhece a declaração de filiação enviada; erro “documento inválido”.
SP – Ribeirão Preto (DPF/RPO/SP)	Divergência de exigências entre analistas	Exigências distintas para processos idênticos; necessidade de padronização.
SP – Piracicaba (DPF/PCA/SP)	Erros no upload de documentos	Arquivos desaparecem após envio; sistema indica “arquivo inválido”.
SP – Araraquara (DPF/AQA/SP)	Processos sem movimentação	Situação “em análise” há mais de 30 dias; ausência de contato.
SC – Itajaí (DPF/ITJ/SC)	Instabilidade de sistema	Sistema fora do ar em horários de pico; erros ao gerar protocolo.
TO – Palmas (SR/TO)	Lentidão e dificuldade para autenticação gov.br	Usuários relatam bloqueio após múltiplas tentativas.
MT – Cuiabá (SR/MT)	Campos sumindo no formulário	Campos “certidão federal” e “inexistência de inquérito” desaparecem durante o preenchimento.
AM – Manaus (SR/AM)	Processos travados em análise	Falha na comunicação entre SINARM e SISGCorp; necessidade de reenvio de anexos.
ES – Vitória (SR/ES)	Divergências na exigência de documentos	Ausência de padrão entre analistas da mesma unidade.
RS – Porto Alegre (SR/RS)	Lentidão em autorizações	Sistema demora para atualizar o status mesmo após despacho interno.
SE – Aracaju (SR/SE)	Falhas no apostilamento de documentos	Sistema retorna erro “formato inválido” para PDFs assinados digitalmente.
CE – Fortaleza (SR/CE)	Dificuldade de integração com o sistema gov.br	Processo não reconhece autenticação de usuários cadastrados.



Estado / Cidade (DELEARM)	Problemas Relatados	Detalhes e Observações Técnicas
GO – Goiânia (SR/GO)	Problemas na exclusão de atividade de caça	Sistema trava ao tentar remover atividade, exibindo mensagem “processo trans”.
MS – Dourados (DPF/DOS/MS)	Processos sem retorno há 60 dias	Sistema apresenta falhas de status; usuários relatam ausência de resposta.
Diversas SRs	Falha com CPF iniciado em “0”	Sistema impede protocolo; bug nacional recorrente há meses.
Diversas SRs	Divergência de exigências	Ausência de uniformização nacional; analistas solicitam documentos distintos para situações idênticas.

Por outro lado, esses estados têm sido apontados como exemplos de eficiência e padronização positiva:

- **Rio de Janeiro (RJ – Capital):** deferimentos rápidos e padronização exemplar.
- **Espírito Santo (Vitória):** redução expressiva de prazos; eficiência elogiada.
- **Paraná (Maringá):** funcionamento estável e boa relação institucional com os atiradores.
- **Mato Grosso (Cuiabá):** evolução técnica contínua, com estabilidade crescente.

A CBTT, em caráter colaborativo e institucional, propõe:

1. Correção prioritária de falhas estruturais (bugs de migração, CPF 0, bugs do cadastro de PCE, etc.);
2. Padronização nacional das exigências e prazos entre as DPFs;
3. Disponibilização e divulgação de um canal de contingência (e-mail) para casos de erro técnico comprovado;
4. Publicação de boletins técnicos periódicos com o status das correções e atualizações do sistema para que os usuários estejam informados sobre as resoluções e tentativas;
5. Criação de um novo sistema independente para tramitação processual, sem qualquer vinculação ao problemático sistema criado pelo Exército Brasileiro;
6. Disponibilização do serviço de progressão de nível, seja por e-mail ou pelo sistema SINARM CAC.

A CBTT reforça sua confiança e apoio institucional à Polícia Federal, reconhecendo os avanços significativos já alcançados desde a transição de competência. Este ofício tem caráter colaborativo e construtivo, com o único propósito de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema e a eficiência administrativa que o cidadão espera da instituição.

Atenciosamente,

GIOVANNI RONCALLI CASADO DE SOUZA JÚNIOR
Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Tático